

## Ministro Dery vs. Tiger Eye

**País:** Gana

**Região:** África

**Número do caso:** Pedido nº J1/29/2015

**Data da decisão:** 4 de fevereiro de 2016

**Desfecho:** Medida liminar ou decisão anulada

**Órgão judicial:** Segunda instância

**Área do direito:** Direito Constitucional

**Temas:** Privacidade / Proteção e Retenção de Dados

**Palavras-chave:** Judiciário (proteção)/Desacato, Direito à privacidade, Confidencialidade

## ANÁLISE DO CASO

### **Resumo do caso e desfecho**

O Tribunal Superior de Gana decidiu, com base no artigo 146(8) da Constituição que determina que os processos de cassação de juízes sejam realizados a portas fechadas, pela proibição da publicação de informações relacionadas a esses processos. O Presidente do Tribunal Superior e uma empresa privada tinham divulgado os nomes e detalhes de uma petição para a cassação de um ministro do Tribunal Superior, acusado de suborno e corrupção. O ministro abordou o Tribunal, argumentando que a



publicação infringiu a Constituição e que isso tornaria o processo de cassação nulo e sem efeito. O Tribunal decidiu que a divulgação de nomes antes da decisão do Presidente do Tribunal Superior sobre a existência de um caso de cassação violou o artigo 146(8), mas que isso não invalidaria todo o processo de cassação. O Tribunal enfatizou a necessidade de ponderar o direito à privacidade e à confidencialidade do ministro com o direito do Estado de investigar alegações feitas contra magistrados. Salientou ainda que a restrição à publicação de processos de cassação se limitava ao período da cassação, e que qualquer ordem judicial contra a publicação asfixiaria o direito à liberdade de expressão.

---

## Fatos

Em 9 de setembro de 2015, Paul Uuter Dery, ministro do Tribunal Superior da República de Gana, recebeu uma carta do Presidente do Tribunal Superior, informando-o de que o Presidente do Tribunal Superior havia recebido uma petição solicitando sua cassação como ministro. A petição tinha sido enviada pela Tiger Eye PI, uma empresa de investigação privada com sede em Acra. O Presidente do Tribunal Superior estabeleceu um prazo de resposta ao ministro Dery, mas antes de o fazer, e antes de o Presidente do Tribunal Superior tomar uma decisão sobre a cassação do ministro, o Presidente do Tribunal Superior “ordenou uma publicação” nos meios de comunicação no qual o ministro Dery foi acusado de suborno e corrupção [p. 5]. Tiger Eye tinha exposto o suborno e a corrupção e também divulgou as alegações por meio da “visualização pública do vídeo e da mídia social, bem como de publicações em jornais” [p. 5].

O Ministro Dery propôs uma ação perante o Tribunal Superior em Acra, pedindo uma declaração de que a publicação da informação infringiu o Artigo 146(8) e uma ordem declarando, como resultado, nulo e sem efeito o processo de cassação. Ele acreditava que a publicação das alegações contidas na petição violava o artigo 146(8), que ele interpretou como restringindo qualquer publicação de detalhes relacionados a uma petição de cassação de um magistrado endereçada apenas ao Presidente do Tribunal. O artigo 146(8) estabelece: “Todos os procedimentos previstos neste artigo devem ser realizados a portas fechadas, e o Juiz/Ministro ou Presidente contra quem a petição é feita tem o direito de ser ouvido em sua defesa individualmente ou mediante um advogado ou outro perito de sua escolha”.

---

## Visão geral da decisão

O juiz Ansah proferiu a sentença do plenário de cinco ministros do Tribunal Superior.

As questões centrais a serem analisadas foram se a publicação por um meio de comunicação sobre o processo de cassação de um ex-ministro violou seu direito constitucional à confidencialidade e, em caso afirmativo, se isso tornou o processo de



cassação nulo e sem efeito.

O ministro Dery argumentou que a publicação dos detalhes da petição violou o artigo 146(8) e isso tornou o processo de cassação nulo e sem efeito.

Tiger Eye, por sua vez, defendeu que “suas ações eram justificadas, pois o público tem o direito de conhecer as questões acerca do suborno e corrupção” e que o direito dos meios de comunicação à liberdade de expressão inclui o direito de publicar informações de interesse público [p. 6].

Também, a empresa indicou que havia uma distinção entre a publicação de uma petição na sua totalidade e a reportagem sobre o conteúdo da ação. Tiger Eye declarou que o ministro Dery deveria ter proposto uma ação por difamação caso as denúncias fossem falsas, em vez de requerer a anulação do processo de cassação. Tiger Eye também argumentou que qualquer violação do artigo 146(8) não deveria afetar a legalidade e validade da petição para a cassação do ministro Dery.

Era uma questão comum entre as partes que a Tiger Eye tinha divulgado o conteúdo da petição, e que o Presidente do Tribunal Superior emitiu um comunicado de imprensa por meio do seu gabinete informando os magistrados acusados de corrupção.

O Tribunal declarou que a expressão principal para interpretação do artigo 146(8) era “a portas fechadas”. O Tribunal aceitou que o objetivo da disposição era proteger a integridade do judiciário, e mencionou dois casos, *Ordem dos Advogados de Gana vs. Procurador-Geral* (1995-96) 1GLR 598 e *Agyei-Twum vs. Procurador-Geral e Akwetey* (2005-2006) SCGLR 732, que tinha incluído o artigo 146(8), mas que não tinha resolvido a questão do acesso público à petição para cassação de juízes. No caso da *Ordem dos Advogados de Gana*, o Tribunal decidiu que o processo de cassação contra juízes não poderia ser realizado em audiência pública ou a portas abertas, pois o objetivo do artigo era “preservar, proteger e salvaguardar a autoridade, dignidade e autonomia do judiciário” [p. 9]. No caso *Agyei-Twum*, o Tribunal reconheceu que “a exigência constitucional da realização do processo de cassação a portas fechadas seria anulada se o requerente tivesse a permissão de publicar sua petição a qualquer outra pessoa além do Presidente” e salientou que o judiciário poderia ser prejudicado se a petição fosse publicada [p. 9].

Ao analisar a definição de “*in camera*”, termo em latim que significa “a portas fechadas”, o Tribunal observou que “não há dúvida de que se refere à privacidade” e mencionou a definição do *Black's Law Dictionary*, que indica que a frase se refere a processos judiciais realizados no gabinete de um juiz ou em uma sala de audiências sem acesso público [p. 10]. O Tribunal reconheceu que essa leitura literal apoiava a interpretação do caso da *Ordem dos Advogados de Gana*, mas favoreceu uma interpretação ainda mais ampla, observando que “há bons motivos que sustentam ir além do significado literal e estreito do significado técnico legal de “processos a portas fechadas”, a fim de descobrir a verdadeira intenção e propósito dos autores da Constituição” [p. 10]. O Tribunal decidiu que isso ocorreu porque o processo inicial era semi-judicial, pois o Presidente do Tribunal Superior precisava avaliar as provas para determinar se havia



um caso *prima facie* para cassação, e porque o artigo 146(8) se refere a “todos os processos nos termos deste artigo”, que deve incluir o “processo de origem, a petição”, que é regulado pelo artigo 146 [p. 12]. O Tribunal declarou que “o que os autores da Constituição realmente pretendiam era que a confidencialidade e a privacidade se aplicassem a processos de cassação nos termos deste artigo” [p. 12].

O Tribunal salientou que esta interpretação ampla do artigo 146(8) se alinha com os Princípios Básicos da ONU sobre a Independência do Poder Judiciário, de 1985, que exigiam que as investigações de reclamações contra juízes “fossem mantidas confidenciais, a menos que o juiz solicitasse o contrário” [p. 13].

O Tribunal acabou rejeitando a relevância do caso da Ordem dos Advogados de Gana para o presente processo, com o fundamento de que este não abordou o papel do Presidente do Tribunal Superior na elaboração do artigo 148 e destacaram que o caso *Agyei-Twum* foi decidido depois disso da implementação do dispositivo e, portanto, esses juízes teriam considerado o raciocínio do caso antes de emitir a sentença.

Desta forma, o Tribunal decidiu que tinha havido uma divulgação inconstitucional de informações relacionadas acerca da petição de cassação contra o ministro Dery.

O Tribunal analisou o impacto desta conclusão sobre o direito à liberdade de expressão e concluiu que “o direito do público à informação não prejudicava esta disposição que foi especificamente concebida para alcançar um certo efeito [proteger a integridade do sistema judiciário]” [p. 14]. Observou, assim, que a restrição à informação não era permanente e que, após a conclusão do processo, o artigo 146 já não se aplicaria: “os direitos do povo foram meramente adiados por um tempo para que o propósito do artigo 146(8) não fosse anulado” [p. 14].

Após confirmar que houve violação do artigo 146(8), o Tribunal analisou as consequências dessa inobservância. Observou-se que a Constituição não incluía uma sanção pela divulgação inconstitucional e que também não havia legislação que previsse isso, e assim se baseou-se no direito comparado sobre essa questão. A partir do estudo comparado, o Tribunal identificou cinco abordagens diferentes: “i. Tratar a violação como desrespeito ao Tribunal Superior; ii. Impor sanções penais, se houver previsão legal; iii. Conceder indenização por violação à Constituição, quando apropriado; iv. Tratar como violação de uma decisão judicial; v. A pessoa prejudicada pode propor uma ação por difamação” [p. 15]. O Tribunal se concentrou em saber se a publicação em processo de cassação levou à anulação do processo, e observou que no caso sul-africano *Hlophe vs. Tribunal Constitucional da África do Sul*, o Tribunal considerou que a publicação tinha violado os direitos do magistrado, mas que “a conclusão de que o Autor foi tratado injustamente e os seus direitos violados na forma como a apresentação da reclamação e a decisão de publicar a reclamação foi tratada é totalmente separada da questão de se o Autor é culpado pelas denúncias apresentadas contra ele” [p. 20]. O Tribunal observou que a mesma abordagem ocorreu no caso norte-americano *Landmark Communications, Inc. vs. Virgínia*, que reconheceu que “apesar da violação da lei de divulgação de confidencialidade, o tribunal acreditava que ela não deveria ter preferência sobre a liberdade de expressão garantida pela



Constituição; ambos os direitos mereciam ser respeitados” [p. 23]. O Tribunal observou que o processo Landmark seguiu o raciocínio do processo Bridges vs. Califórnia, que havia observado que “a suposição de que o respeito pelo Judiciário pode ser conquistado protegendo os juízes das críticas publicadas avalia erroneamente o caráter da opinião pública americana [...] um silêncio imposto, porém, limitado, apenas em nome da preservação da dignidade do plenário, provavelmente geraria ressentimento e desprezo muito mais do que aumentaria o respeito” [p. 23]. O Tribunal mencionou o caso do Quênia, de Baraza vs. Comissão do Serviço Judicial, que tinha enfatizado que “a publicidade por si só não vicia os processos, a menos que se demonstre que a cobertura foi tal que a Comissão é suscetível de ter sido influenciada ou afetada pelas reportagens dos meios de comunicação provocadas pelo incidente” [p. 25].

O Tribunal aceitou o raciocínio da jurisprudência comparada de que a publicação de informações relacionadas à cassação não invalida o processo de cassação, e observou que referida análise está de acordo com uma interpretação da própria Constituição de Gana. O Artigo 146 estipula que um processo de cassação poderia ser terminado apenas se o Presidente do Tribunal Superior decidisse que não havia caso *prima facie* ou se o comitê nomeado para investigar apresentasse um relatório recomendando o término do processo. O Tribunal também observou que permitir a publicação sobre um processo no qual a conduta de um ministro fosse investigada ameaçaria a integridade do poder judiciário. O Tribunal reconheceu que este era um caso envolvendo dois direitos conflitantes e, com referência ao caso irlandês do Procurador Geral da República vs. X, enfatizou que, apesar de um juiz ter direito à confidencialidade, o Estado tem o direito de investigar alegações feitas contra um juiz, particularmente porque um juiz pode utilizar outros recursos para reivindicar seus direitos. O Tribunal concluiu que seria “inconsciente anular a petição porque seu conteúdo foi divulgado a terceiros” [p. 28] e descreveu o pedido de anulação do processo de cassação como “absurdo e prejudicial à ordem constitucional” [p. 29].

O Tribunal rejeitou o pedido do ministro Dery, que atacava a publicação de informações sobre a cassação e, assim, requereu uma ordem que descreveu como uma “ordem de proibição de publicação permanente” [p. 30]. Com referência ao caso indiano de Naresh vs. Estado de Maharashtra e ao caso britânico de Scott vs. Scott, o Tribunal decidiu que tal decisão judicial “reprimiria a liberdade de expressão garantida pelo Artigo 21(1)(a) da Constituição” e “equivaleria à censura judicial da liberdade de imprensa” [p. 30]. O Tribunal também mencionou os Princípios da ONU sobre a Independência do Poder Judiciário que “reconhece que o impedimento da liberdade de expressão durante as investigações contra um juiz pode ser aplicado apenas como uma medida temporária” [p. 32].

---

## ORIENTAÇÃO DA DECISÃO

### **Ampliação da liberdade de expressão**

Ao ponderar o direito à privacidade e à confidencialidade e o direito do público ao



conhecimento e à liberdade de expressão, o Tribunal decidiu que a manutenção da confidencialidade do processo de cassação de juízes servia para proteger a privacidade e a integridade do sistema judicial. Entretanto, ao se recusar a emitir uma ordem judicial contra a publicação, o Tribunal garantiu que o direito à liberdade de expressão e do público à informação não seria reprimido permanentemente.

---

## PERSPECTIVA GLOBAL

### **Leis internacionais e regionais correlatas**

- **Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), Princípios Básicos da Autonomia do Judiciário (1985)**

### **Jurisprudência, normas ou leis nacionais**

- **Gana, Constituição da Gana (1992), artigo 21.**
- **Gana, Ordem dos Advogados de Gana vs. Procurador Geral (1995-96) 1GLR 598**
- **Gana, Agyei-Twum vs. Procurador Geral da República (2005-2006) SCGLR 732**

### **Outras normas, leis e jurisprudências nacionais**

- **EUA, Landmark Communications Inc. vs. Virgínia, 435 U.S. 829 (1978)**
- **EUA, Bridges vs. Califórnia, 314 U.S. 252 (1941)**
- **Reino Unido, Scott vs. Scott, [1913] AC 417**
- **África do Sul, Hlophe vs. Tribunal Constitucional, [2008] ZAGPHC 289**
- **Quênia, Baraza vs. Comissão do Serviço Judiciário (2012) eKLR**
- **Reino Unido, R. vs. juízes de Horsham; Ex Parte Farquharson (1982) All ER 269; (1982) QB 762**
- **Índia, Naresh vs. Estado de Maharashtra, 1967 AIR 1**
- **EUA, New York Times Co. vs. Sullivan, 376 U.S. 254 (1964).**
- **EUA, Bivens vs. Seis agentes desconhecidos do Departamento de Narcóticos, 403 U.S. 388 (1971).**
- **Ir., Procurador Geral da República vs. X (1992) ILRM 401**
- **Índia, Lei do Desacato ao Juízo de 1971**

---

## SIGNIFICÂNCIA DO CASO

**A decisão estabelece um precedente vinculante ou persuasivo dentro de sua jurisdição**



## DOCUMENTOS OFICIAIS DO CASO

### **Documentos oficiais do caso:**

- **Decisão (inglês)**

### **Relatórios, análises e artigos de notícia**

- **Investigative journalism in Ghana: balancing public interest and individual privacy**
  - **In Ghana will vast judicial corruption scandal undo 23 years of political stability?**
- 

